

Uma empresa que contrate pessoas portadoras de deficiência poderá beneficiar de uma dedução fiscal na ordem das cinco mil patacas anuais e por trabalhador. A decisão foi ontem anunciada após a reunião da 3ª Comissão Permanente da Assembleia Legislativa, durante a qual ficou também decidido que este benefício poderá ser acumulado até cinco anos.

CATARINA VILA NOVA
CATARINAVILANOVA.PONTOFINAL@GMAIL.COM

Dedução fiscal para empresas que empregam portadores de deficiência fixada nas cinco mil patacas anuais por trabalhador



EDUARDO MARTINS

O Governo decidiu fixar o montante da dedução fiscal para as empresas que empregam trabalhadores portadores de deficiência nas cinco mil patacas anuais. O valor consta na nova versão da proposta de lei do Benefício Fiscal à Contratação de Pessoas Portadoras de Deficiência, ontem apresentado por membros do Executivo à

3ª Comissão Permanente da Assembleia Legislativa (AL). Segundo explicou ontem Vong Hin Fai, presidente do grupo de trabalho, o montante a deduzir será anual e por trabalhador que, por mês, terá que cumprir um mínimo de 128 horas de trabalho. O deputado disse também que o benefício não vai fazer distinção entre diferentes graus de deficiên-

cia e pode ser acumulado até cinco anos. "O Governo definiu o montante de dedução fiscal nas cinco mil patacas. Este benefício fiscal é uniforme, ou seja, sem distinção dos graus de deficiência dos trabalhadores", explicou Vong Hin Fai. Este foi um ponto que preocupou os membros da comissão uma vez que,

segundo a proposta de lei, desde que o empregador contrate uma pessoa titular do cartão de registo de avaliação da deficiência válido, pode beneficiar da dedução fiscal. "A comissão entende que há que ter em conta os graus de deficiência porque agora o benefício fiscal é uniforme e a comissão preocupa-se que os empregadores só contra-

tem pessoas com deficiência ligeira e não contratem pessoas com deficiência grave", apontou o deputado.

O Governo, por sua vez, respondeu que "é difícil criar uma articulação entre os graus de deficiência, o posto de trabalho e a capacidade de trabalho dos portadores de deficiência", acrescentando que existem pessoas portadoras de uma deficiência grave mas que têm uma "capacidade de trabalho muito elevada", explicou Vong Hin Fai. "Por isso, é difícil proceder a uma avaliação dessa situação e o Governo decidiu manter a sua decisão, ou seja, fixar um benefício fiscal uniforme para todos", disse o deputado. Por outro lado, uma vez que uma empresa pode não ter de pagar o imposto complementar de rendimentos num ano por ter tido prejuízos, a dedução fiscal prevista nesta proposta de lei pode ser acumulada até cinco anos.

De acordo com a proposta de lei, para as empresas obterem esta dedução fiscal, os traba-

lhadores portadores de deficiência devem trabalhar, no mínimo e cumulativamente, 128 horas por mês, nas quais estão incluídas as faltas remuneradas por doença ou acidente. Segundo explicou o presidente da 3ª Comissão, se não forem atingidas as 128 horas de trabalho mensais, o benefício fiscal será apurado proporcionalmente. Vong Hin Fai disse ainda estar "confiante" em concluir o processo legislativo referente ao Benefício Fiscal à Contratação de Pessoas Portadoras de Deficiência ainda durante esta sessão legislativa, que termina a 15 de Agosto.

Segundo números ontem avançados por Vong Hin Fai, ao longo dos últimos três anos, mais de 100 pessoas portadoras de deficiência foram encaminhadas para empresas, após terem passado por sete centros de reabilitação existentes em Macau. Destes trabalhadores, 57% conseguiram obter uma colocação na empresa para onde foram trabalhar.

Galgos não serão dados para obtenção de lucro, assegura Angela Leong

CANÍDROMO

Angela Leong, administradora da Companhia de Corridas de Galgos Macau (Yat Yuen), garantiu ontem, em declarações aos jornalistas, que os cães que ainda se encontram nas instalações do Canidromo apenas serão dados a quem quiser verdadeiramente cuidar deles. "Eu não vou dar os cães a quem quiser lucrar com eles. Estas pessoas não amam verdadeiramente os animais e não vão garantir o bem-estar dos nossos cães", afirmou a também deputada, à margem da reunião da 3ª Comissão Permanente da Assembleia Legislativa.

Angela Leong disse ainda que muitos dos seus "bons amigos" já se registaram para adoptar os galgos, garantindo que não irão vender ou fazer negócio com os animais. "Eles não têm nenhuma agenda pessoal, apenas gostam de cães e querem ajudar a cuidar deles. Eu apenas respondo a estes pedidos genuínos", afirmou Leong. Confrontada com a possibilidade de trabalhar com associações locais para que os animais possam ser adoptados, a empresária afirmou que "muitas organizações expressaram interesse" neste sentido. "Eu tenho que ter a certeza que elas querem realmente tomar conta dos cães e não vendê-los".

Ainda sobre o futuro dos animais,

Angela Leong disse que gostaria de ficar a cuidar deles "até ao fim das suas vidas" se o Governo lhe disponibilizasse um terreno. "Se o Governo nos puder ceder um local eu ficaria feliz em cuidar deles até ao fim das suas vidas", disse a deputada, acrescentando que este é também um plano em discussão com o Executivo. Questionada acerca da data de divulgação do plano sobre os galgos, a empresária apenas disse que vai "negociar com o Governo para ter um melhor plano". Recorde-se que a Yat Yuen tem apenas até amanhã para entregar uma solução concreta ao Executivo.

Angela Leong assegurou também que já terminaram as corridas no Canidromo, que vai encerrar portas a 21 de Julho, e que os galgos são "cães felizes". "Eles têm imensa comida para comer e brinquedos para brincar. Não acredito que existam cães mais felizes no mundo do que os galgos de Macau", afirmou a administradora da Yat Yuen. Já os funcionários do Canidromo são a "primeira prioridade" da empresa porque, segundo explicou Leong, "não são propriamente pessoas jovens". "A nossa principal prioridade é assegurar os meios de subsistência dos empregados". C.V.N.



EDUARDO MARTINS

Pequim e Macau com foco apontado para intercâmbio de jovens e formação de quadros qualificados

COOPERAÇÃO

Continuar o reforço da complementaridade mútua, cooperação e servir o plano de estratégias gerais nacionais integram "o próximo passo" para o aprofundamento das relações entre Macau e a cidade de Pequim. Para além da "elevação da qualidade e eficácia na cooperação de serviços e investimento", o Chefe do Executivo, Chui Sai On, e o secretário do comité municipal de Pequim do Partido Comunista da China (PCC), Cai Qi, reconheceram a necessidade de um maior foco no intercâmbio de jovens

das duas regiões, formando quadros qualificados.

"Ambas as cidades necessitam de se focar mais no intercâmbio dos jovens, formar futuros quadros qualificados, e esperar, através da consolidação, reforçar a inovação e empreendedorismo dos jovens, ciência e tecnologia, cultura, ensino patriótico, entre outros, para que as duas regiões se interliguem e desenvolvam mutuamente", disse Chui Sai On. Os dois responsáveis reuniram na segunda-feira, com o Chefe do Executivo a afirmar que os resultados do mecanismo Parceria de Cooperação Pequim-Macau "têm vindo a favorecer a população de ambas as partes". Actualmente, a coordenação abrange, a título de exemplo, as áreas da economia, ciência e tecnologia, ensino, turismo, as quais realizam, "de forma regular e positiva", um intercâmbio entre entidades governamentais, empresas e órgãos civis.

Desde a criação do mecanismo, em 2016, foram assinados oito protocolos de cooperação, incluindo na economia e investimento, intercâmbio entre função pública, medicina tradicional chinesa, protecção ambiental e transportes. Cai Qi apontou que "Pequim está disponível para articular estreitamente as suas políticas e talentos na área da ciência e tecnologia como uma plataforma e vantagem de mercado em Macau, onde com a complementaridade das vantagens, poderá explorar, em conjunto, um mercado novo, nomeadamente no contributo para a construção da iniciativa 'Uma Faixa, Uma Rota'".